



**MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS 2010**



## Índice

1 - Introdução.....	3
2 - Análise Orçamental .....	5
2.1 - Receitas e despesas.....	5
2.2 - Execuções orçamentais.....	5
3 - Despesas com o pessoal .....	7
4 – Balanço e Demonstração de Resultados.....	9
4.1 - Balanço .....	9
4.2 – Demonstração de resultados .....	11
5 – Situação Financeira .....	14
5.1 – Análise de Rácios .....	15
5.2 – Endividamento .....	17
6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	19



## 1 - Introdução

De acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2010, tendo por objectivo o controlo pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da citada Lei, o controlo jurisdicional de Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Os documentos de prestação de contas, bem como as regras para a sua elaboração e a quem deverão ser enviados, estão definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Os princípios fundamentais relativos à contabilidade, prestação e auditoria externa das contas estão delineados na Lei n.º 2/2007, de 15/01 - Lei das Finanças Locais (LFL).

Estes documentos deverão para além de servir para controlo das entidades competentes, avaliar a gestão dos recursos no período em causa tendo como objectivo a apresentação dos resultados de uma forma clara e concisa.

O ano de 2010 à semelhança dos anos anteriores foi um ano de graves dificuldades financeiras para o Município de Celorico da Beira, espelhando também a grave crise económica que atravessa o país. Apesar destas dificuldades o Município deu continuidade a obras estruturantes financiadas por fundos comunitários, tais como a Biblioteca Municipal, a Requalificação do Bairro de St.ª Eufêmea e a Requalificação do Bairro de St.ª Luzia. Foram



também realizadas diversas intervenções nas Piscinas Municipais e na Pousada de Linhares das Beira de modo a garantir o correcto funcionamento destas unidades, bem como várias obras por administração directa que serão especificadas mais à frente neste relatório. No ano do 2010 o Município recorreu ao “Programa de Regularização Extraordinário de Dívidas do Estado” (PREDE), que permitiu ao Município obter empréstimos junto da banca e do Estado no valor total de 4.186.555€ para regularização de dívidas de curto prazo a fornecedores. Esta verba possibilitou ao Município regularizar diversas dívidas que estavam pendentes há já alguns anos, mas que mesmo assim não foi suficiente para sanear todas as dívidas existentes. Este mesmo empréstimo teve impacto nas percentagens de execução orçamental da receita e da despesa, situação essa que também será analisada em maior detalhe mais à frente neste relatório. Este relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram no ano de 2010. Serão feitas análises à situação orçamental, despesas com o pessoal e demonstrações financeiras, bem como uma análise à situação financeira de um modo geral e enquadrado na conjuntura actual. Sempre que for necessário serão apresentados gráficos e quadros de modo a simplificar a análise.



## 2 - Análise Orçamental

As percentagens de execução orçamental no ano de 2010 foram de 55,36% na despesa e 55,42% na receita, revelando um aumento relativamente a 2009, que foram de 36,08% e 35,93% respectivamente. Estes valores reflectem os aumentos tanto nas receitas como nas despesas provocadas pela contração dos empréstimos do PREDE e respectivos pagamentos. Iremos analisar de seguida a evolução das respectivas despesas e receitas orçamentais, e as respectivas execuções orçamentais:

### 2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas

	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Receitas Correntes</b>	4.946.721	5.476.798	5.788.970	6.119.861	<b>6.693.303</b>
<b>Despesas Correntes</b>	5.297.854	6.148.396	6.869.607	6.783.547	<b>9.501.616</b>

	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Receitas de Capital</b>	3.636.812	3.547.421	5.201.897	3.667.455	<b>7.311.646</b>
<b>Despesas de Capital</b>	3.100.452	3.035.898	4.127.925	3.011.914	<b>4.479.215</b>

### 2.2 - Execuções orçamentais

	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Receitas Correntes</b>	47,90%	55,75%	47,03%	47,03%	<b>43,79%</b>
<b>Receitas de Capital</b>	34,34%	31,84%	33,73%	25,84%	<b>73,18%</b>
<b>Total Geral</b>	41,02%	43,04%	39,63%	35,93%	<b>55,42%</b>

	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Despesas Correntes</b>	51,88%	60,16%	51,67%	47,50%	<b>62,26%</b>
<b>Despesa de Capital</b>	28,95%	28,21%	28,59%	23,41%	<b>44,83%</b>
<b>Total Geral</b>	40,14%	43,77%	39,66%	36,08%	<b>55,36%</b>



	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Execução do PPI</b>	55,34%	25,69%	35,84%	26,99%	<b>38,93%</b>

Da análise destes quadros nota-se que em 2010 houve um grande montante de receitas de capital a financiar despesas correntes, causando um grande desequilíbrio orçamental nas receitas e despesas correntes. Tal como foi referido anteriormente, esta situação deve-se à adesão do Município ao PREDE, que causou também um elevado aumento das execuções orçamentais. O montante global do PREDE foi de 4.186.555€, que foi contabilizado como receita de capital, conforme ditam as regras orçamentais, mas no entanto grande parte desse montante liquidou dívidas a fornecedores que estavam contabilizados como despesa corrente, daí o montante elevado nas despesas correntes.



### 3 - Despesas com o pessoal

Em termos de despesas com o pessoal, os valores de 2010 são os seguintes:

	2009	2010	Diferença
Remunerações	3.541.436,55	3.990.551,42	<b>449.114,87</b>
Encargos Sociais	665.717,32	816.249,87	<b>150.532,55</b>
	<b>4.207.153,87</b>	<b>4.806.801,29</b>	<b>599.647,42</b>

Conforme se pode constatar, houve um aumento relativamente a 2009 no valor de 599.647,42€, no entanto, há que referir que em 2010 houve uma transferência de competências para a Autarquia do pessoal não docente das escolas, resultante de um acordo assinado com o Ministério da Educação, que associado aos encargos pessoal docente das actividades extra curriculares, implicou um aumento nas rubricas de despesas com o pessoal na ordem dos 673.234€. Assim podemos concluir que na realidade, sendo descontadas as despesas com as transferências de competências, houve uma redução nas despesas com pessoal comparativamente a 2009 no valor aproximado de 73.586,58.

Em termos de limites com as despesas com o pessoal, e de acordo com o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 06/04, na redacção dada pela Lei n.º 44/85, de 13/09, e de acordo com a Brochura nº 5 do SATAPOCAL, os valores para 2010 são os seguintes:



**Despesas 2010:**

<b>Pessoal do quadro</b>		
<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Despesa</b>
010103	Pessoal dos Quadros – Regime da Função Pública	
010104	Pessoal dos Quadros – Regime de Contrato Individual de Trabalho	2.417.095,92 €
010108	Pessoal Aguardando Aposentação	4.134,08 €
01011301	Subsídio de Refeição – Pessoal dos Quadros	216.723,87 €
01011401	Subsídio de Férias e de Natal – Pessoal dos Quadros	295.198,56 €
<b>Total</b>		<b>2.933.152,43 €</b>

<b>Pessoal fora do quadro</b>		
<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Despesa</b>
010106	Pessoal Contratado a Termo	527.814,81 €
010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	47.560,91 €
010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação	88.637,44 €
01011302	Subs. de Refeição – Pessoal em Qualquer Outra Situação	70.278,14 €
01011402	Subs. de Férias e de Natal – Pessoal Qualquer Outra Situação	78.144,82 €
<b>Total</b>		<b>812.436,12 €</b>

**Limites 2010:**

<b>Total de receitas correntes 2009</b>	<b>Limite pessoal do quadro 2010 (60%)</b>	<b>Limite pessoal fora do quadro 2010 (25% dos 60%)</b>
6.119.861,23 €	3.671.916,74 €	917.979,18 €

<b>Despesas c/ pessoal</b>	2.933.152,43 €	812.436,12 €
<b>Folga</b>	<b>738.764,31 €</b>	<b>105.543,06 €</b>
<b>% utilizada</b>	<b>80%</b>	<b>89%</b>

É ainda de salientar que nestas despesas com o pessoal estão incluídos os encargos com as transferências de competências para a autarquia, que não deveriam contar para os limites, e mesmo assim o Município encontra-se abaixo dos limites legais. É de referir também que no cumprimento da Lei das Finanças Locais, o Município remeteu trimestralmente informação à DGAL sobre as despesas com o pessoal.





## 4 – Balanço e Demonstração de Resultados

Relativamente às demonstrações financeiras, iremos de seguida mencionar as rubricas que achamos necessitarem de uma breve explicação tendo em conta os respectivos valores.

### 4.1 - Balanço

Classe 4 - Imobilizado:

	2006	2007	2008	2009	2010	2010-2009
<b>Imob. Domínio Público</b>	22.876.121	22.371.149	23.498.536	24.338.332	24.390.980	52.648
<b>Imob. Corpóreo</b>	14.851.691	14.500.960	15.951.626	16.279.867	15.753.696	-526.171
	<b>37.727.812</b>	<b>36.872.109</b>	<b>39.450.162</b>	<b>40.618.199</b>	<b>40.144.675</b>	<b>-473.524</b>

Da análise desta classe do balanço no que diz respeito aos Bens de Domínio Público, houve um ligeiro incremento relativamente a 2009 de 52.648€, e uma diminuição das Imobilizações Corpóreas em 526.171€ em comparação com o mesmo período. Esta diminuição é o reflexo das amortizações anuais que vão diminuindo o valor do imobilizado.



#### Conta 59 – Resultados transitados

O resultado negativo desta conta em 2010 foi agravado devido à aplicação dos resultados líquidos de 2009 no valor de 286.596,53€.

#### Conta 2614 – Fornecedores de Imobilizado – Médio e Longo Prazo

Tendo em conta critérios da boa gestão, decidiu-se novamente considerar as dívidas de fornecedores com acordos de pagamento superior a um ano, como dívida de médio e longo prazo.

#### Conta 271 - Acréscimos de Proveitos

Nesta conta estão reflectidos os proveitos de 2010 e anos anteriores, mas que só irão ser recebidos em anos posteriores, como por exemplo os impostos municipais e comparticipações de candidaturas apresentadas.

#### Conta 273 - Acréscimos de Custos

Os 787.813,55€ presentes nesta conta do balanço, referem-se a custos de 2010 e que apenas serão pagos em 2011, onde se incluem prestações de empréstimos bancários, electricidade, comunicações, rendas, férias do pessoal, etc..



#### Conta 274 - Proveitos Diferidos

O saldo desta conta reflecte os proveitos que devem ser reconhecidos em exercícios futuros, nomeadamente os subsídios a investimentos, tais como as participações das candidaturas, cujas receitas obtidas não devem ser reconhecidas pela totalidade no ano da sua obtenção. Estas devem ser diferidas pelos anos de vida útil dos bens a que dizem respeito pela mesma proporção das respectivas amortizações.

### **4.2 – Demonstração de resultados**

#### Conta 67 - Provisões do exercício

Esta conta reflecte a criação de provisões para riscos e encargos, resultantes de alguns processos judiciais em curso.

#### Conta 69 – Custo e perdas extraordinárias

Aqui estão incluídos os encargos com facturas de anos anteriores mas que só foram contabilizadas em 2010, nomeadamente facturação das “Águas do Zêzere & Côa”, regularizações de existências e as despesas relativas a



obras já concluídas em edifícios que não pertencem ao Município, tais como habitações de cariz social (PCHI), igrejas, cemitérios, e espaços internet.

#### Contas 71 – Vendas e prestações de serviços

Estas contas contêm essencialmente as receitas resultantes da cobrança das facturas de água e saneamento, onde em 2010 se fez uma contabilização mais específica destas receitas, daí algumas diferenças nos valores quando comparados com 2009. No entanto o valor de 2010 reflecte um aumento face ao ano anterior, já que no valor de 2009 está incluído o valor de 296.848€ referente às rendas de concessão da EDP.

#### Conta 73 – Proveitos suplementares

Nesta conta está contabilizada a renda de concessão paga pela EDP. No ano de 2009 esta receita estava erradamente contabilizada na conta 712 – Prestações de Serviços, daí a diferença desta conta entre 2009 e 2010.

#### Conta 75 – Trabalhos para a própria entidade

Através da contabilidade analítica foi possível fazer o apuramento dos trabalhos para a própria entidade, que em 2010 foram valorizados em 271.297,85€ conforme consta no saldo da conta 75 da Demonstração de Resultados. As obras efectuadas foram as seguintes:

Restauração da cave do edifício da Câmara	4.246,48 €
Mini campo da Tapada das Chãs	34.929,47 €
Travessa na Rua dos Bombeiros	2.299,48 €
Rotunda do Centenário da República	8.455,97 €
Fonte junto ao posto de turismo	10.358,97 €
Balneários do polidesportivo das Casas de Soeiro	8.042,02 €
Muro junto ao hotel	29.538,72 €
Pavimentação na Quinta dos Ramos	3.936,41 €
Recuperação da EB 1 de Vila Boa	9.080,26 €
Largo do Terreiro - Casas de Soeiro	29.799,06 €
Escadas nas traseiras do Centro de Saúde	2.228,22 €
Rua do Barreiro - Minhocal	4.873,45 €
Loteamento das Ingotas	99.186,02 €
Largo do Espírito Santo - Açores	8.623,60 €
Parque infantil das Quintas do Salgueiro	8.052,78 €
Pista de Pesca - Ratoeira	7.646,94 €
	<b>271.297,85 €</b>

#### Conta 79 – Proveitos e ganho extraordinários

Neste saldo estão incluídas algumas regularizações de dívidas transitadas de anos anteriores, uma redução de uma provisão relativa a um processo judicial da firma “Águas do Zêzere & Côa”, bem como a especialização das receitas de participações recebidas tendo em conta o critério de especialização dos exercícios.

#### Conta 88 – Resultado líquido do exercício

Os resultados do Município registaram um valor negativo de 1.886.108,31€. Este valor deve-se ao facto de se terem criado provisões para processos judiciais, a um aumento dos encargos financeiros, às despesas em edifícios que não pertencem ao Município, ao registo da facturação da compra de água e à redução nos trabalhos para a própria entidade relativamente ao ano anterior.



## 5 – Situação Financeira

A situação financeira do Município de Celorico da Beira continua muito precária e tendo em conta os compromissos assumidos e não pagos que transitaram de anos anteriores e a situação económica que travessa o país, afectaram negativamente as contas do Município que implicou medidas de austeridade por parte do Estado. Estas medidas implicaram que em 2010 houvesse uma redução nos montantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) transferidos para os Municípios, bem como o Município foi obrigado a pagar ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), o montante de 71.539,83€. No caso do Município de Celorico da Beira a redução efectuada pode ser verificada no quadro seguinte:

FEF previsto	FEF recebido	Variação
5.895.402	5.667.951	- 227.451

Como se pode verificar, o Município recebeu em 2010 menos 227.451€ do que o que estava previsto no Orçamento de Estado para 2010, por imposição das medidas de austeridade estatais, o que aliado à retenção feita pelo SNS totaliza 298.990,83€. É de referir que o montante retido pelo SNS, não é referente à dívida existente e contabilizada no Município à ADSE, mas sim a uma estimativa baseada nas despesas realizadas em 2009, ou seja, o SNS descontou antecipadamente aos Municípios um montante que pode não coincidir com a despesa realmente efectuada, configurando-se como um adiantamento a eventuais despesas com a ADSE. Esta situação no nosso



entender e no entender da Associação Nacional dos Municípios Portugueses não é legal, tendo já sido a mesma contestada junto das entidades competentes.

O Município também foi alvo de retenções no FEF por parte da DGAL no montante de 115.459€ pelo excesso de endividamento líquido verificado em 2008, apesar de esta situação ter sido contestada pelo Município junto da DGAL, visto que de acordo com os nossos critérios, em 2008 o endividamento líquido não foi excedido. É de salientar também que o Município em 2010 foi alvo de vários processos judiciais, situações essas que tiveram de ser provisionadas em termos contabilísticos num total de 353.017,15€, o que também contribuiu negativamente para os resultados do ano em análise. Destes processos judiciais é de relevar o processo da Escola Profissional de Beira Serra no montante de 240.000€.

## 5.1 – Análise de Rácios

De seguida iremos demonstrar alguns indicadores de modo a analisar a situação financeira do Município de Celorico da Beira:

	2006	2007	2008	2009	2010
<b>1 Solvabilidade (FP/P)</b>	40%	39%	37%	36%	29%
<b>2 Autonomia Financeira (FP/A)</b>	28%	28%	27%	26%	22%
<b>3 Liquidez Geral (A circ/P circ)</b>	5,63%	20,98%	28,61%	20,30%	23,12%

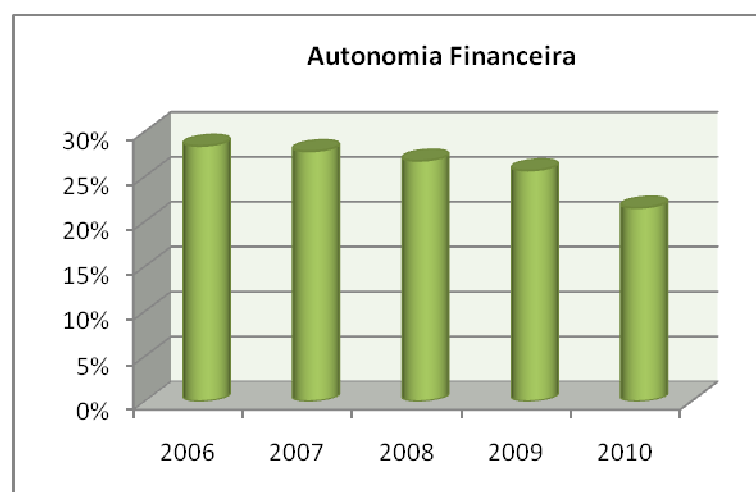
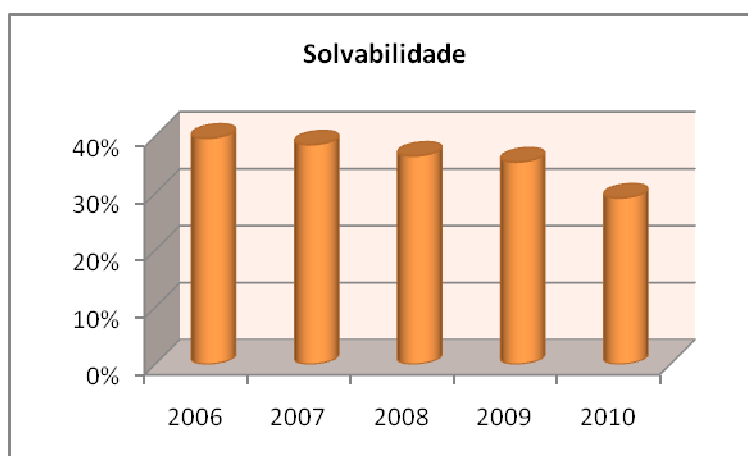


1 - Indica se os capitais próprios são suficientes para solver a dívida. Expõe o grau de dependência em relação aos credores;

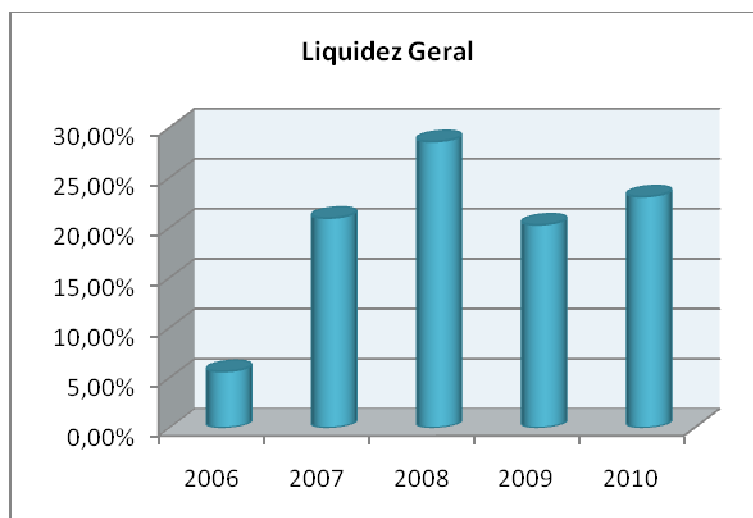
2 - Quanto maior o rácio, menor é a dependência face a financiamentos externos. Valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. O ideal é ser superior a 33%;

3 - Dá a capacidade de se solver as obrigações de curto prazo na data de vencimento. Quanto maior melhor;

#### Gráficos:







## 5.2 – Endividamento

Em termos de endividamento líquido a evolução do mesmo é demonstrada no quadro seguinte:

	2007	2008	2009	2010
<b>Limite Endiv. Líquido</b>	7.211.889	7.600.980	7.921.863	8.320.350
<b>Endividamento Líquido</b>	14.005.641	13.544.252	14.892.071	17.607.683
<b>Excesso</b>	6.793.752	5.943.271	6.970.208	9.287.333

<b>Excesso a 01-01-2010 *</b>	<b>Excesso a 31-12-2010</b>	<b>Agravamento</b>
6.571.720	9.273.333	41,32%

\* O excesso a 01-01-2010 difere do excesso a 31-12-2009 por causa dos critérios da DGAL no cálculo dos limites do endividamento.

Em 2010, à semelhança do ano anterior, houve um agravamento do endividamento líquido em 41,32% de acordo com os nossos cálculos, não



tendo o Município tido possibilidade de reduzir em 10% o excesso de endividamento. Este agravamento prende-se essencialmente ao facto de ter havido cortes nas transferências do FEF para o Município como já foi referido anteriormente, de ter havido retenções também no FEF por conta do endividamento líquido de 2008 e de terem também surgido várias acções judiciais que obrigaram a um esforço extraordinário por parte da tesouraria do Município, situações essas que impediram o cumprimento de vários compromissos, nomeadamente junto da banca. Também se deve referir que foram contabilizados 876.879,96€ em 2010 de facturação das “Águas do Zêzere & Côa”, estando estas facturas na sua maioria incluídas em acções judiciais interpostas pela mesma empresa ao Município. Todas estas situações contribuíram para o agravamento do endividamento, situação essa que poderá acarretar mais custos para o Município no curto prazo.

Como é do conhecimento geral, a situação actual do Município é de desequilíbrio financeiro estrutural, estando já previsto para 2011 a elaboração de um plano de reequilíbrio financeiro tendo em conta a situação financeira precária, aliada a um conjuntura económica que faz prever mais medidas de austeridade para a economia nacional. O Município tem cada vez mais dificuldades nas negociações com os fornecedores e com a banca, pelo que o reequilíbrio financeiro previsto na Lei das Finanças Locais é a única alternativa viável para o Município de Celorico da Beira.



## 6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício, foi negativo no valor de 1.886.108.31€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, deverá ser transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.

O Presidente da Câmara

---

(José Francisco Gomes Monteiro, Eng.)